



Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toli Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

ESTADO DO PARANA - ORCAMENTO-PROGRAMA 1994

B - DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO DAS UNIDADES DA ADMINISTRACAO DIRETA - RECURSOS DO TESOIRO

2100 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO		PROGRAMA DE TRABALHO		CR\$ 1.000,00	
2101 - GABINETE DO SECRETARIO				RECURSOS DO TESOIRO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO			2.500	
	ADMINISTRACAO			2.600	
	SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIOR			2.600	
2101.03070202.794	ADMINISTRACAO DO GABINETE DO SECRETARIO - SEAD FORMULAR DIRETRIZES PARA A POLITICA ESTADUAL DE ADMINISTRACAO GERAL E DE RECURSOS HUMANOS, PROMOVER PRESTACAO DOS SERVICOS MEIO NECESSARIOS AO FUNCIONAMENTO REGULAR DAS SECRETARIAS DE ESTADO, RELATIVO AOS SISTEMAS DE ADMINISTRACAO GERAL E DE RECURSOS HUMANOS, ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DAS ENTIDADES VINCULADAS E ASSESSORAR O SECRETARIO DA PASTA NAS AREAS TECNICA E JURIDICA		2.600		
TOTAL			2.600	2.600	

2101 - GABINETE DO SECRETARIO		DISCRIMINACAO DA DESPESA SEQUENDO OS DESDOBRAMENTOS		CR\$ 1.000,00					
				RECURSOS DO TESOIRO					
PROJ/ATIV	FONTE	PESSOAL E ENCARG SOCIAL	JUROS E ENC DA DIVIDA	OUTRAS DESP CORRENT	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL	TOTAL
2.794	100	1.300		1.200					2.500
TOTAL		1.300		1.200					2.500

2100 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO		PROGRAMA DE TRABALHO		CR\$ 1.000,00	
2102 - GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				RECURSOS DO TESOIRO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO			102.700	
	ADMINISTRACAO			67.100	
	ADMINISTRACAO GERAL			17.200	
2102.03070212.011	AQUISICAO CENTRALIZADA DE MATERIAIS - DEAM CENTRALIZAR RECURSOS DOS ORGaos DA ADMINISTRACAO DIRETA, PARA ADQUIRIR MATERIAL DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE E TERMINAIS TELEFONICOS.		200		
2102.03070212.792	PROGRAMACAO A CARGO DO DEAM TRANSFERIR RECURSOS AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM, CUJAS METAS, A NIVEL DE PROJETO/ATIVIDADE, ESTAO DETALHADAS NO ANEXO IV.		17.000		
	DOCUMENTACAO E BIBLIOGRAFIA			2.700	
2102.03070222.754	PROGRAMACAO A CARGO DO DEAP TRANSFERIR RECURSOS AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PUBLICO - DEAP, CUJAS METAS, A NIVEL DE PROJETO/ATIVIDADE, ESTAO DETALHADAS NO ANEXO IV		2.700		
	EDIFICACOES PUBLICAS			67.200	
2102.03070252.168	EXECUCAO CENTRALIZADA DE REPAROS E OBRAS - DECOM CENTRALIZAR RECURSOS DOS ORGaos DA ADMINISTRACAO DIRETA, DESTINADOS A RECUPERACAO DE BENS IMOVEIS E A OBRAS E INSTALACOES.		200		
2102.03070252.569	PROGRAMACAO A CARGO DO DECOM TRANSFERIR RECURSOS AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM, CUJAS METAS A NIVEL DE PROJETO/ATIVIDADE, ESTAO DETALHADAS NO ANEXO IV		67.000		
	TRANSPORTE URBANO			18.600	
	SERVICOS DE TRANSPORTE URBANO			18.600	
2102.03070712.755	PROGRAMACAO A CARGO DO DEOT TRANSFERIR RECURSOS AO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL - DEOT, CUJAS METAS, A NIVEL DE PROJETO/ATIVIDADE, ESTAO DETALHADAS NO ANEXO IV		18.600		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			837.000	

CONTINUA NA PROXIMA PAGINA ...

Curitiba, 19 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 39.907.646,00 (trinta e nove milhões, novecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual de Maringá e da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovados pela Lei Estadual nº 10.195, de

Curitiba, quarta, em 24.11.93

15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com a manutenção das entidades.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações das próprias entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado,
em exercício.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01		CR\$ 1,00 (REAL)	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I	I		I	I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I	I		I	I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I	I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I	I		I	I
I	I	I	I	I		I	I
1214	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	I	I	I		I	I
2484	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR EM MARINGA	I	3132.08150	ILI	20.000.000	I1573	I
I	I	I	3132.08181	ILI	18.000.000	I1573	I
1228	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I	I		I	I
I	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	I	I		I	I
2506	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	I	3120.00150	ILI	572.000	I1565	I
I	I	I	3132.08150	ILI	1.335.646	I1565	I
T O T A L					39.907.646	I	

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 01		CR\$ 1,00 (REAL)	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I	I		I	I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I	I		I	I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I	I		I	I
I	IVINCULADAS	I	I	I		I	I
I	I	I	I	I		I	I
1214	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	I	I	I		I	I
2489	IMANUTENCAO DA PESQUISA CIENTIFICA	I	I	I		I	I
I	IE TECNOLÓGICA NA UEM	I	3120.00181	ILI	18.000.000	I1573	I
2480	IMANUTENCAO DO HOSPITAL	I	I	I		I	I
I	IUNIVERSITARIO EM MARINGA	I	3132.08150	ILI	20.000.000	I1573	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02		I	
I ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)		I	
I	I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	I
I	I	IDESPESA	I	IRI		IPROCI	I
I	I	I	I	I		ICOP	I
I 1228	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I	I I		I	I
I	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	I	I I		I	I
I 1145	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA AI	I	I	I I		I	I
I	IFACULDADE ESTADUAL DE APUCARANA	I 4110.00	IS0I	LI	652.439	I 1545	I
I	I	I 4120.00	IS0I	LI	1.055.187	I 1545	I
		T O T A L		I	39.907.646	I	

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 39.907.646,00 (trinta e nove milhões, novecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 097/93

Curitiba, 19 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 410.335.286,00 (quatrocentos e dez milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela

Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas referentes ao programa de conservação do sistema rodoviário estadual.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA,
Governador do Estado,
em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 410.335.286,00 (quatrocentos e dez milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL. 01		CRS 1,00 (REAL)	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
		IDESPESA	I	IRI			IPROCI
							ICOP
4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS						
	TRANSPORTES						
4302	ICABINETE DO SECRETARIO -						
	ENTIDADES VINCULADAS						
2719	IPROGRAMACAO A CARGO DO DER						
		3211.03100111				410.335.286	113811
TOTAL						410.335.286	

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 01		CRS 1,00 (REAL)	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
		IDESPESA	I	IRI			IPROCI
							ICOP
4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS						
	TRANSPORTES						
4302	ICABINETE DO SECRETARIO -						
	ENTIDADES VINCULADAS						
1022	IPROGRAMA BID IV - DER						
		3211.03100111				410.335.286	113811
TOTAL						410.335.286	

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL. 02		CRS 1,00 (REAL)	
ANEXO							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
		IDESPESA	I	IRI			IPROCI
							ICOP
4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS						
	TRANSPORTES - ENTIDADES						
	VINCULADAS						
4490	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE						
	RODAGEM - DER						
2724	ICONSERVACAO DO SISTEMA RODOVIARIO						
	ESTADUAL						
		3120.00100111				280.1213.673	113811
		3132.08100111				130.121.613	113811
TOTAL						410.335.286	

CANCELAMENTO		ANEXO		IV		FL. 02
ANEXO						CRS 1,00 (REAL)
ICODICI	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IFTIDI	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICDP I
4460	SECRETARIA DE ESTADO DOS		I	I I I		I I
	TRANSPORTES - ENTIDADES		I	I I I		I I
	IVINCULADAS		I	I I I		I I
			I	I I I		I I
4490	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE		I	I I I		I I
	RODAGEM - DER		I	I I I		I I
1024	PROGRAMA DE CORREDORES DE		I	I I I		I I
	TRANSPORTES DO ESTADO DO PARANA		I	I I I		I I
	IBID IV		I	I I I	410.335.286	113811
TOTAL I					410.335.286 I	

MENSAGEM Nº 098/93

Curitiba, 19 de novembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que, em conformidade com o previsto no parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 7.264, de 10 de dezembro de 1979, objetiva a reversão, ao patrimônio público estadual, de 8.494,054 m², remanescente de área maior com 12,9079 hectares, no Município de Ibiporã, doada ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Matrícula nº 5.992, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Concomitantemente à objetivada reversão da referida área remanescente, não utilizada pelo DER, será ela doada à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, que conforme disposições expressamente contidas no anexo anteprojeto de lei, deverá utilizá-la em execução de projetos de construção de casas populares, fato que, sem qualquer dúvida, trará grandes benefícios à coletividade daquela municipalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado,
em exercício.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Conforme prevê o parágrafo único, do artigo 2º da Lei nº 7.264, de 10/12/79, publicada no DOE de 11/12/79, e

tendo em vista a frustração do encargo que ensejou a doação de parte de uma área de terras com 12,9079 hectares, constituída pelo lote urbano, no imóvel faixa marginal do Rio Tibagi, no Município de Ibiporã ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de acordo com o que consta na matrícula nº 5.992, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, fica parte daquele imóvel com 8.494,054 m² revertida ao patrimônio público estadual.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel com 8.494,054 m², revertido ao patrimônio público estadual conforme consta no art. 1º desta lei, sendo que o mesmo só poderá ser utilizado por aquela empresa para construção de casas populares, retornando automaticamente ao patrimônio estadual, caso seja desvirtuado o seu uso.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO Nº 18/93

Senhor Presidente.

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que, na Sessão Plenária do dia 10 de novembro passado (quarta-feira), não pude estar presente por me encontrar acompanhando Prefeitos da Região Oeste do Estado que se encontravam na Capital.

Desta forma, solicito que minha ausência seja devidamente abonada.

Sem mais, atentamente.

Sala das Sessões, em 24.11.93

(a) ÉLIO RUSCH

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4582

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4583

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4584

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4585

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4586

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4587

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, solicitando que sejam determinadas medidas urgentes para minorar os problemas das filas enfrentadas pelos eleitores que são obrigados a efetuar a substituição de seu Título Eleitoral.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Com a criação de novas Zonas Eleitorais, na Capital, milhares de eleitores se vêem na obrigatoriedade de efetuarem a substituição de seu Título, o que vem acarretando sobrecarga nos trabalhos do T.R.E., que não descentralizou seus serviços, ocasionando dessa forma, imensas filas, que dura horas e horas sob sol escaldante, proporcionando injustificável desconforto aos usuários, principalmente nos finais de semana, cuja fila se inicia nas primeiras horas da manhã, e o T.R.E. só abre suas portas a partir das 13 horas, impondo aos nossos cidadãos horas de sacrifício, em detrimento ao seu merecido descanso.

REQUERIMENTO N° 4593

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e aos órgãos de comunicação da Cidade de Loanda, contendo votos de congratulações pelo transcurso do 38º aniversário de emancipação política daquele município, que será comemorado no próximo dia 27 do corrente mês, conforme convite e programação anexa.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Região Noroeste do Paraná nos idos do ano de 1950, era ainda um sertão inexplorado e representava apenas uma promessa, pela fertilidade de suas terras. Era apenas uma mata densa e impenetrável, quando então chegaram os pioneiros vindos dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e outras regiões, os quais se juntaram com as famílias japonesas que ali haviam se erradicado, e começaram a construir um povoado, que mais tarde se tornaria a progressista Cidade de Loanda, que contou também com o arrojo e a coragem dos homens que dirigiam a Empresa Colonizadora Norte do Paraná, e que acreditam no potencial da região, e nas riquezas que brotariam daquelas terras.

Para denominar a nova cidade que surgia, os Diretores da Colonizadora Norte do Paraná, promoveram um concurso na Rádio Clube de Dracena no interior do Estado de São Paulo, onde a empresa colonizadora tinha sua matriz. A empresa colonizadora, oferecia ao vencedor do concurso, um lote urbano na nova cidade. Foram muitos os nomes e sugestões oferecidas, e a escolha do nome para a nova cidade, tornara-se difícil. Foi então submetida a uma votação dos nomes com maior número de preferência entre os ouvintes da emissora. A Comissão optou então pelo nome de LOANDA.

Loanda foi fundada pela colonizadora no mês de outubro do ano de 1952. A Empresa Colonizadora Norte do Paraná, tinha a frente os Senhores Ivo Spinardi, Lino Spinardi e Asio Monticuco, que adquiriram dos Senhores Santiago Martin Corral e David Bancow, 220 alqueires de terras, que após serem demarcadas em lotes urbanos e rurais, foram vendidas para pagamentos a longo prazo, e assim começaram a surgir os novos proprietários de lotes urbanos e rurais, e conseqüentemente toda a região começou a crescer e progredir, surgindo novos povoados, que mais tarde se tornaram novas cidades.

A povoação cresceu rapidamente, e a cultura do café dominou toda a região, transformando a Cidade de Loanda num importante centro populacional, quando então, por força da Lei nº 47, de 15 de

Curitiba, quarta, em 24.11.93

agosto de 1953, foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Paranavaí. Mesmo assim, a população não se contentava com a condição de Distrito e lutava para conseguir a sua emancipação política, transformando-se em município, para que pudessem, com os recursos arrecadados de suas produções agrícolas, aplicar no desenvolvimento da cidade e de toda a sua região, levando melhores benefícios à sua laboriosa população.

No ano seguinte, isto em 1954, a população de Loanda teve o merecido reconhecimento do seu trabalho e de sua luta, culminando com a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, do projeto de lei que criava o município, e que transformando em Lei, recebeu o nº 253/54, isto no dia 26 de novembro de 1954, que criava definitivamente o Município de Loanda, desmembrado do Município de Paranavaí, com sua instalação acontecendo no dia 27 de novembro de 1955, já com o seu primeiro prefeito eleito, e também a primeira Câmara de Vereadores, que teriam a responsabilidade de gerir as finanças e administrar os destinos do novo município.

Após sua fundação como simples povoado, na prodigiosa Região Noroeste do Paraná, o progresso daquele simples núcleo colonial se transformou rapidamente, pois foram apenas dois anos e meio para que Loanda se transformasse de um simples povoado, para um Distrito Administrativo, e depois Município, tendo sido sua primeira eleição municipal realizada no dia 30 de outubro de 1955, sendo eleito o Senhor Asio Monticuco o primeiro prefeito, e os vereadores que tomaram posse no dia 27 de novembro do mesmo ano, por ocasião da instalação do município. Hoje não é apenas um município, mas a grande e dinâmica Comarca de Loanda.

Portanto, só podemos pedir aqui, que seja registrada nos anais deste Poder Legislativo, esta significativa data, tanto para o Município de Loanda, como também para sua laboriosa população - que tanto tem ajudado no desenvolvimento da Região Noroeste, e também vem dando a sua parcela de colaboração para o progresso desta nossa terra, que é o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 4594

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar, à Senhora Alice Garbelini Marini, e ao Senhor Djalma Marini, esposa e filho do Senhor Fortunato Marini, falecido no último dia 22 do corrente mês, na Cidade de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

Excepcionais - APAE, do Município de Indianópolis, situada na Rua Santos Dumont, 164 - Município de Indianópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Indianópolis, entidade civil de caráter assistencial, tendo como objetivos principais o tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional, estimulando-o ao trabalho, bem como esclarecendo, orientando e auxiliando os pais e amigos na conduta relativa ao excepcional.

Apresentamos o presente projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, virá beneficiar significativamente a entidade, no sentido de proporcionar melhores condições no desenvolvimento de suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - ... Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nosso País vive uma situação ímpar.

Todas as pesquisas feitas hoje, independente de qual órgão que efetua essa pesquisa, têm demonstrado um crescente descrédito nos poderes, principalmente, o Legislativo.

Essas pesquisas colocam geralmente Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas ou Deputados Federais, com alto índice de descrédito e algumas delas inclusive aumentando esses índices como pesquisas recentemente divulgadas.

Em muitos momentos há razões para que isto ocorra. Agora mesmo Curitiba vive uma situação muito interessante, a Câmara Municipal de Vereadores, quando já acerca de uma semana, 9 pessoas acamparam em frente da Câmara Municipal de Vereadores e lá fazem greve de fome. É uma situação lamentável que expõe ainda mais o Poder Legislativo, comprometendo ainda no geral a todos os parlamentares, em particular principalmente em dados momentos alguns e nesse caso específico um parlamentar é o Vereador Custódio.

Essas pessoas que lá estão acampadas que são Elias Ribeiro da Silva, Josias Ferreira de Araújo, José Carlos Maia, Antonio Caruso da Silva, Sérgio Mariano Lacombe, Maria Felipe, Jaqueline Andrea Santos, Marli Pereira Pinto, Evani Sabino Alves, são pessoas que se dizem lesadas pelo Senhor Vereador. Colocam em panfletos e documentos que participaram na campanha

Curitiba, quarta, em 24.11.93

desse vereador e que hoje, tudo aquilo que foi prometido a eles nada está sendo cumprido, por isso lá estão em greve de fome.

Cabe aos poderes, Legislativo, principalmente, se manifestar contra esse tipo de comportamento de pessoas, que em período eleitoral, prometem inúmeras coisas, que depois não têm condições e nem capacidade para cumprir.

Ilude trabalhadores, prometendo rendas, empregos, serviços que depois não consegue cumprir com essa promessa e esses trabalhadores trabalham em campanhas e depois têm que se submeter a greve de fome para poder garantir o mínimo daquilo que havia de promessa favorável.

Dessa Tribuna eu quero dar o meu apoio a esses trabalhadores que mais uma vez foram ludibriados por alguém e esse alguém agora é acusado que é o Senhor Custódio, Vereador da Câmara Municipal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Servidores desta Casa, membros da imprensa falada, escrita e televisada.

Terça-feira, uma representação paraense sob o comando do coordenador da Defesa do Consumidor, esteve em audiência com o Senhor Ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero, solicitando providências urgentes e urgentíssimas, no sentido se baixasse uma Resolução Ministerial para que a pesagem do gás de cozinha também se estendesse aos botijões domésticos, de 13 Kgs.

Representou-nos na ocasião a Vereadora Nely Almeida e aquela entrevista coroou-se de pleno êxito. Como todos sabem é lei estadual de autoria do Deputado Antônio Anibelli a exigência da pesagem do gás por parte das distribuidoras do gás doméstico, para os prédios de apartamentos e também para as empresas e há uma defasagem em média de 8% de quebra, em face dos resíduos que permanecem no botijões usados.

Há, portanto, necessidade imperiosa de se fiscalizar isso e se exigir, não só a pesagem como também a aplicação das multas correspondentes por aquela defasagem, que implica em enriquecimento ilícito por parte das distribuidoras de gás.

Daí porque nós termos apresentado, também, um Projeto de Lei no sentido da exigência da pesagem com a correspondente aplicação da multa, como um meio coativo para o cumprimento das exigências legais.

Também, Senhores Parlamentares, trazemos a esta Casa um pedido da ADOC, Associação de Defesa e Orientação do Cidadão, que enviou correspondência ao Exmo. Senhor

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nos seguintes termos (lê):

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

ADOC - Associação de Defesa e Orientação do Cidadão, entidade sem fins lucrativos, com registro do Cartório de Títulos e Documentos de Curitiba sob nº ilegível CGC no Ministério da Economia sob nº 78.174.125/0001... reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 7261/79; com sede à Rua Tibagi, 592, junto do Sindicato dos Técnicos Industriais do Paraná-Sintec. fone/fax 322-5255, através de seus diretores a final subscritos, vem muito respeitosamente Suplicar compreensão e apresentar um apelo para que seja revista a forma de distribuição e troca de títulos eleitorais.

As razões deste apelo são, certamente, conhecidas de sobejo, por Vossa Excelência.

Contudo, é de nosso dever apresentar as seguintes ponderações, esperando retratar uma angústia da população e colaborar com a valorização sempre maior deste Respeitável Tribunal Regional Eleitoral.

1 - A convocação deste Respeitável Tribunal encontra um povo de coração maravilhoso, sempre disposto a colaborar, mesmo fazendo o mais insano dos sacrifícios, como faltar um dia ao trabalho (com prejuízos econômicos), ou sacrificar o dia de descanso amanhecendo na fila do TRE, no domingo.

2 - Esse povo maravilhoso, porém, tem noção do imenso sacrifício que faz. Basta ver o que dizem na fila, comentando as exigências contra as quais estão indefesos.

3 - O trabalho realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral tem sido de eficiência notória. Até agora, a população só tinha elogios. No entanto, a forma como a necessária alteração das Zonas Eleitorais está sendo realizada, provoca um imenso desencanto.

4 - A explicação divulgada no último final de semana, informando os eleitores sobre os motivos da forma de fazer não resolvem o problema. Naturalmente não tem essa Associação elementos técnicos para, e nem é seu objetivo contestar, mas tem o dever de informar que, para os milhares de eleitores obrigados a entrar na fila a explicação não convenceu.

5 - Para os eleitores, não faz sentido que se movimentem milhares de pessoas para um gesto tão simples como consultar uma lista, retirar dela um aparte, e assinar um documento. Embora a explicação de que esse ritual conturbaria as próximas eleições, que serão complexas, com a máxima vênia, continuamos a entender que mais complexos, mais caro, mais difícil, muito

mais sacrificado e imensamente mais conturbador do que isto é retirar os milhares de eleitores do trabalho num dia de semana (ou induzir a que saiam de madrugada no domingo de casa), para esperar horas e horas sob um sol escaldante, para uma solenidade tão simples e que pode, sem urgência, ser realizada com mais tempo, de forma mais confortável.

6 - Antecipamos também nossa respeitosa discordância sobre a culpa das filas. O povo não tem culpa. Não são milhares de pessoas que agem errado - elas sempre agem certo respondendo a um regime de pressões sociais que envolve outros afazeres, inclusive o da sobrevivência.

Se o povo ocorre numa determinada hora, é porque é aquela a hora disponível para milhares de pessoas que querem tão apenas colaborar.

POR ISSO TUDO

Respeitosamente, vimos, pois, suplicar mais uma vez a Vossa Excelência para que determine uma revisão na forma de atender a essa população tão sofrida.

Qualquer coisa que se faça, será menos sacrificado que tirar milhares de pessoas de seus lares ou de seus afazeres econômicos.

Nos permitimos usar como nossos os argumentos que estão sendo apresentados pelos veículos de comunicação social. Os jornalistas e radialistas pela convivência diária com o povo, retraram muito bem o que o povo pensa.

Nossa sugestão é de que o que dizem seja levado em conta, e numa homenagem a estes zelosos profissionais, e numa homenagem a esse povo tão maravilhoso, capaz de qualquer sacrifício, seja revista a forma de distribuição do documento, reestudado o assunto e verificada, novamente, a possibilidade de entregá-lo no dia da próxima eleição.

O povo de Curitiba ficará imensamente grato.

Sinceramente, acreditamos nessa revisão.

Atenciosamente

ARNALDO DA CRUZ - Presidente
SERGIO CHALMARD - Vice-Presidente
ALCIO M.S. FIGUEIREDO - Diretor
Curitiba, 19 de novembro de 1993

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - V.Exa. me concede um minuto?
(Assentimento).

Eu quero comunicar, com muita satisfação, a visita do Doutor Anthony E. Liptan, Diretor do Programa de Relações Internacionais da Universidade de Dayton - Ohio, Presidente do Comitê Ohio-Paraná. Acompanhando, também temos a satisfação de

informar a visita do Senhor Luiz Felipe Alves, Presidente do Comitê Paraná-Ohio.

Eu suspendo a Sessão por cinco minutos para o cumprimento dos ilustres visitantes. Solicito ao Deputado Heinz que faça acompanhar os visitantes ao Plenário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - ... Está reaberta a Sessão.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: PDT, PMDB, PTB, PFL, PP, PL, (Todos Declinaram).

PT - Com a palavra o Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, semana passada enviei ofício ao IBAMA, ao IAP, à FUNAI, ao Ministério Público e à Secretaria de Segurança, todos sob o mesmo tema: a questão da reserva indígena de Manguaerinha.

Fui informado que madeireiros como José Bazetto, estava derrubando e tirando pinheiros da área indígena de Manguaerinha.

Os índios, em revolta, atearam fogo a um caminho dessa madeireira. A situação está bastante séria, porque a FUNAI não apresenta uma proposta de atendimento àquela área indígena, não só àquela, mas a nenhuma. Hoje as reservas indígenas do nosso Estado estão praticamente abandonadas e Manguaerinha, como a maior reserva de pinheiros do Estado é cotidianamente assediada por madeireiros. E este caso que lá ocorreu quando os índios atearam fogo a um caminho é sintoma de que a situação não está boa, por isso que enviei ofício àquelas autoridades anteriormente citadas para que tomassem providências porque senão pode evoluir para uma coisa mais séria, uma situação mais séria e mais grave.

Como a FUNAI não apresenta nenhuma proposta de atendimento a estas reservas, alguns índios, para sobreviverem, queimam também os pinheiros para tirar deles os nós e assim venderem. Isto não pode persistir. A reserva tem que lá permanecer. O IBAMA tem que tomar posição na defesa daquela reserva. E a FUNAI defender uma política e executar uma política de atendimento à saúde, à educação e às necessidades de vida daqueles cidadãos que lá vivem.

Trinta, quarenta por cento dos índios do Paraná passam fome, não têm atendimento médico.

Por ocasião deste incidente foram presos Gebrain Lobato da Silva e Danilo Hitman, por serem acusados de roubar pinheiros. Estas duas pessoas foram logo depois soltas pelo juiz de Guarapuava.

Curitiba, quarta, em 24.11.93

Na delegacia de Coronel Vivida se encontram dois caminhões presos, esperando que o dono vá lá para retirá-los. É lógico que não aparece o dono, porque vai acabar caracterizando um crime que é a destruição do meio ambiente. Crime este bastante sério hoje em nossa Legislação.

Por isto tomamos a iniciativa de solicitar a intervenção da FUNAI, do IBAMA e do Ministério Público, visando evitar que coisa mais séria e mais grave venha a ocorrer no Município de Manguaerinha.

Aqui desta tribuna estamos também sendo portadores destas denúncias, para que esta Casa tome conhecimento dos fatos que lá estão ocorrendo. E as autoridades responsáveis são principalmente aquelas ligadas à FUNAI, que não atende as necessidades dos índios; não atendendo estas necessidades, é lógico, eles passam a negociar o que se encontra na terra em que vivem. E também são responsáveis os madeireiros inescrupulosos que, sabendo que de lá não podem tirar pinheiro, continuam fazendo, como é o caso do madeireiro que foi citado na denúncia e que se chama José Bazetto, lá da região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 18/93, subscrito pelo Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 10 próximo passado, em virtude de acompanhamento aos Prefeitos da Região Oeste do Estado que se encontravam na Capital. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 19/93, subscrito pelo Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 17 próximo passado, em função de viagem à Região Oeste do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 280/93, subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 24 e 25 do corrente mês, em função de viagem ao Município de Santo Antônio da Platina. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25 do corrente mês, em virtude de compromissos no Município de Londrina. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expe-

diente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 465/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a licitar ou celebrar convênio objetivando obras no Hospital Dona Darcy Vargas, no Município de Rebouças. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C.. Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Estive analisando o projeto do Deputado Luiz Henrique Bona Turra e o que a gente constata é que enquanto o Paraná aplica somente 3,2% do seu orçamento em Saúde, tem seus hospitais sucateados. O Hospital Geral do Portão que recentemente foi inaugurado para a imprensa e para o povo, e não para ser atendido, uma vez que lá o Hospital continua com o seu internamento cerca de 50% dos leitos vazios, justamente por falta de aparelhagem, quando temos hospitais, como o Hospital Regional de Cascavel faltando ala para ser construída, quando temos projetos de outros hospitais regionais que devem ser construídos, o Deputado Bona Turra apresenta projeto de lei autorizando o Governo a repassar verba para o hospital privado.

Defendemos que, prioritariamente, como manda a Constituição, as verbas devem ser para recuperação e construção do hospital público, e não para o hospital privado.

Nesse sentido é que encaminhamos contra o projeto e o nosso voto, o voto do PT é contrário a esse repasse de verbas do setor público para o privado, quando existem hospitais públicos mais necessitados e que precisam ser recuperados - e são vários - como o Hospital Regional de Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Está em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado, artigo por artigo. (Com o voto contrário do Deputado Lourenço Fregonese, Deputada Emilia Belinati, Deputado Heinz, Deputado Rosinha, pela Bancada do PT).

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 570/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 062/93, que altera dispositivos da Lei Orgânica da Coordenação da Receita do Estado, visando adequar o plano

de carreira dos Agentes Fiscais aos dispositivos constitucionais e introduzir novos mecanismos para promoção e acesso à referida carreira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 1 (uma) sessão. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 1 (uma) sessão do Projeto de Lei n° 570/93.

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 590/93, de autoria do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, que obriga as empresas dedetizadoras a fornecer aos usuários, o nome dos componentes químicos utilizados na dedetização. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 654/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 077/93, que objetiva dar nova redação ao art. 5° da Lei n° 7.567, de 08 de janeiro de 1982, alterado pelo artigo 1° da Lei n° 7.666 de 03 de novembro do mesmo ano, que trata da composição do CONPREVI - Conselho de Previdência Complementar, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 156, de 09.11.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 654/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 077/3, o Projeto de Lei n° 654/93, tem por finalidade dar nova redação ao art. 5°, da Lei n° 7.567, de 08 de janeiro de 1982, que trata da composição do CONPREVI - Conselho de Previdência Complementar.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 654/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, oriundo da Mensagem Governamental n° 077/93, objetiva dar nova redação ao Art. 5°, da Lei n° 7.567, de 08 de janeiro de 1982, alterado pelo Art. 1°, da Lei n° 7.666, de 03 de novembro do mesmo ano, que trata da composição do CONPREVI - Conselho de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Examinado pela Comissão de Constitui-

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Como vota o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - O Deputado Alborghetti votou favoravelmente. O Requerimento está rejeitado.

Requerimento nº 4538, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós apresentamos dois requerimentos, e um deles já foi rejeitado. Queria justamente, solicitando ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo, quais foram as entidades no Estado do Paraná que têm, nos últimos anos, recebido verbas de subvenções sociais, seja a verba de que Secretaria saiu, seja ela bancada ou não por qualquer Deputado presente nesta Casa ou de Legislatura anterior.

Nós sabemos que existem Parlamentares da Bancada Governista que têm questionado a política do Secretário Durval Amaral, dizendo que está liberando verbas de subvenção social para entidades de qualquer caráter. Fazem questionamentos teóricos; mas na hora de votar, na prática, é que queremos ver qual é o Deputado que realmente deseja ver esclarecido para onde está indo a verba da Secretaria de Ação deste Estado, deste ano e dos anos anteriores.

É isto o que queremos! Se a nível nacional a verba de subvenção social é a verba utilizada para clientelismo, eleitoralismo e mesmo para corrupção de entidades fantasmas, queremos saber se no Estado do Paraná também ocorre isto. E nada melhor do que um pedido de informação para saber quais são estas entidades e, depois, verificarmos quais são os dirigentes destas entidades. Se realmente o Governo Álvaro Dias foi esta honestidade que se fala - e é um caso único aquele que relatei ontem, o de Bateias, como entidade de subvenção social que recebeu dinheiro para reformar uma creche que não existia ou se tem mais destes casos. Se nós queremos transparência, se desejamos democracia, e se desejamos que não pese sobre a cabeça de nenhum de nós Parlamentares o uso indevido de verbas, se não pesa sobre o Poder Executivo a acusação de uso irregular de verba pública, nada melhor do que apoiar e aprovar este Requerimento.

É neste sentido que peço o apoio para aprovação deste requerimento que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Está em discussão.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero que registrem na Ata dos trabalhos o meu voto antecipado: sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Em votação o Requerimento do Deputado Doutor Rosinha.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR - Requeremos Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Iremos proceder a Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

14 (quatorze) Senhores Deputados aprovam o Requerimento.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, como voto o Deputado Pessuti?

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - O Deputado está em pé.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Faça o processo de Verificação de Votação novamente, Senhor Presidente, porque a contagem está errada.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Vamos contar. Se a diferença suscitar dúvidas, vamos refazer a votação.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

13 (treze) Senhores Deputados rejeitam.

O SR. RENATO ADUR - Vamos contar.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - 14 (quatorze) a 14 (quatorze). A Mesa decide pela aprovação do Requerimento. **Está aprovado.**

(Tumulto no Plenário)

Vamos fazer nova Verificação de Votação. Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a conferência.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicitaria a Vossa Excelência que antes de entrar em votação a aprovação do Requerimento do Deputado Doutor Rosinha, que informasse se o Deputado Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa, pode ter direito a voto.

Se não tiver, solicitaria a Vossa Excelência que convocasse o Senhor Presidente para assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Acato a Questão de Ordem de Vossa Excelência e convido o Presidente desta Casa para assumir a direção dos trabalhos.

Por favor, Deputado Orlando Pessuti, tenha a bondade. Este Deputado tem a honra de lhe passar a Presidência, como lhe é de direito.

Ficamos agradecidos e honrados de aqui dirigir os trabalhos, mas não temos a sapiência e a maestria de Vossa Excelência para continuar.

Tenha bondade, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, lamento profundamente a atitude do Deputado Colombino, quando a Mesa, através de processo democrático tem o prazer de dar ao PT o poder de presidir esta Casa e o Deputado Colombino vetou Vossa Excelência.

Lamentamos isso profundamente!

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Não é demérito nenhum. Esta Presidência entende que o Deputado Orlando Pessuti está melhor preparado e faz jus...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Acho que Vossa Excelência não está sendo correto, Senhor Presidente. Vossa Excelência fez a confusão. Ou será que o PT só arruma confusão?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares, para que possamos encaminhar a votação da matéria.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeremos Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A matéria está em processo de votação. Procede à Chamada Nominal.

Curitiba, quarta, em 24.11.93

O Senhor 1º Secretário procederá a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a Chamada Nominal dos Senhores Deputados)

O SR. 1º SECRETÁRIO (Heinz Herwig) - 31 (trinta e um) Senhores Deputados responderam à Chamada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que tomem assento para que possamos proceder a verificação requerida.

Senhores Deputados que forem favoráveis à aprovação do Requerimento do Doutor Rosinha, queiram levantar-se.

15 (quinze) Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

1 (um) Senhor Deputado rejeita.

Não há quórum para deliberação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O Regimento Interno manda que, após respondida a chamada, deve permanecer em Plenário, não podendo se retirar quando em regime de votação.

Portanto, há que se deliberar de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 070, 075, 076, 077, 079, 080 e 083/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 654, 666, 675, 680 e 681/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 671 e 672/93.

Levanta-se a sessão.